



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013

ISSN 1982-3657



GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Isabel Santana Santos

Luiz Amaro Ribeiro

Márcio José Fidelis Neri

Eixo: Educação e políticas públicas

RESUMO

O presente artigo objetiva demonstrar a grande disparidade entre o discurso e as ações em gestão democrática nas escolas públicas. Gestão democrática está associada ao estabelecimento de mecanismos legais, institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Em conformidade com tal argumento, verificou-se por meio da análise bibliográfica, que o determinado na teoria sobre gestão democrática na escola pública, ainda não está sedimentado na prática. Nesse contexto, o artigo aponta alguns questionamentos a respeito da gestão democrática na escola pública, no intuito de construir entendimentos e saberes para enfrentar os entraves encontrados na implantação da gestão escolar. As instâncias colegiadas já existentes na escola são citadas, tendo o Conselho Escolar um maior aprofundamento por ser um processo importante na busca da participação e autonomia dos partícipes da escola. Nesse sentido, para que as escolas públicas trilhem o caminho de uma verdadeira gestão democrática precisam articular suas práticas escolares, trazendo para o interior da escola uma realidade autônoma e democrática.

Palavras-Chave: Gestão Democrática; Conselho Escolar; Escolas Públicas.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the wide disparity between the discourse and actions in democratic management in the public schools. Democratic management is associated with the establishment of legal mechanisms, institutional and organizational actions that trigger social participation: the formulation of educational policies, planning, decision-making, in times of school evaluation and educational policy. In line with this argument, it was found through literature review, in particular the theory of democratic management in the public school, is not yet settled in practice. In this context, the article points out some questions about the democratic management in public schools, in order to build understanding and knowledge to address the obstacles faced in the implementation of school management. The collegiate institutions existing in the school are cited, and the School Board further clarification to be an important process in the pursuit of participation and autonomy of the participants of the school. Accordingly so that the public schools tread the path of a true democratic management practices need to articulate their school. bringing into the school a reality autonomous and democratic.

Keywords: Democratic Management; School Board; Public Schools.

1. INTRODUÇÃO

As grandes transformações sociais pelas quais passam o mundo globalizado atribuem ao homem à aquisição de novas concepções de cultura, de vida em sociedade e do processo educacional, e esta última vai alcançar novas formas de transformação da Sociedade.

Nesse diapasão, o processo de gestão democrática por meio do discurso democrático compreende essa grande necessidade de transformação, de criação de possibilidades. Na prática, todavia, não há execução das ações em profundidade porque há a necessidade de romper a velha discussão que perdura entre a concepção e execução, o pensar e o fazer, a teoria e a prática, no interesse de resgatar o controle do trabalho desenvolvido pelos educadores.

É focado nesse desafio de saber como fazer, que nos encontramos ainda imerso em discussões e reflexões a respeito de problemas que florescem no dia-a-dia de nossas práticas pedagógicas escolares, onde se padece de ações realmente eficazes que possam amortizar a condição frágil que a educação apresenta hoje. A luta pela democratização da escola, não é tarefa simples, pois tem que se contar com as divergências de interesses dos envolvidos no processo educativo. Porém constatações assim não devem servir de justificativa para não impulsionar práticas democráticas na escola.

Acreditando na gestão democrática como uma condição de construção coletiva de qualidade da educação e que isso implica em nova cultura de organização, unindo teoria e prática é que se busca essa alternativa como possibilidade de melhoria na escola pública. Paro (2005, p. 162) argumenta sobre os entraves na implantação da gestão democrática "se pretendemos agir na escola, como de resto em qualquer instância na sociedade com vistas à transformação social, não podemos acreditar que estejam já presentes condições ideais que só poderão existir como decorrência dessa transformação".

Assim esse artigo com foco na construção da gestão democrática na escola pública, através de uma pesquisa bibliográfica, verifica a grande disparidade entre discurso e ação, analisa limites e possibilidades que permeiam esse processo, considerando o Conselho Escolar como instrumento privilegiado e meio de aproximação entre teoria e prática.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Não poderemos propor algo novo, sem antes conhecer os determinantes sócio-políticos que interferem no campo educacional, bem como sem entender a totalidade das relações neste contexto. Desta forma não poderíamos sequer pensar em apresentar alternativas para a superação da fragmentação que tem determinado o campo da administração escolar e do sistema educacional, sem antes conhecer um pouco das relações estabelecidas entre a prática educacional e a estrutura econômico-social no interior do capitalismo atual que tem sua base nas leis do mercado, o que referenda a ideia de que as transformações que estão acontecendo no âmbito educacional não ocorrem por acaso, visto que as organizações sociais, principalmente as da área educacional, mudam quando surgem pressões externas, especialmente as decorrentes das determinações da estrutura macro econômica que estabelecem as regras de organização social.

A proposição da gestão democrática na escola pública, onde se pressupõe a participação ativa de todos perante questões norteadoras do processo educacional, muitas vezes nos parece uma questão utópica. Vale ressaltar aqui que a palavra utopia significa algo ou lugar que não existe. Isso não quer dizer que não possa existir, já que se coloca como algo necessário que se deseja alcançar como possibilidade de resolução dos problemas da escola.

Segundo Paro (2005) quando se fala em educação remete-nos a pensar no homem como ser histórico, que transcende o que é natural, pois ele busca a liberdade em suas ações. Ainda segundo o educador o homem só se faz sujeito quando participa, produzindo uma ação e respondendo por ela, e essa ação só é produzida coletivamente, sendo que o homem não se faz só.

A concepção democrático-participativa se adapta a busca da democratização da escola por ter como característica a relação orgânica existente entre setores da escola, na importância que se dá a busca de objetivos comuns a todos, e também por defender uma forma de tomada de decisão coletiva, onde cada membro assume sua parte e responsabilidade no trabalho. Outra característica importante dessa concepção é a ênfase nas relações humanas. A gestão participativa se propõe como condição para resistir às formas conservadoras de organização e gestão escolar. Sobre essa consideração Libâneo (2006) propõe:

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBNEO, 2006, p. 328).

A ação da gestão democrático-participativa abre o canal para participação da comunidade, deixando de ser um lugar fechado, separado da realidade e passa a ser uma comunidade educativa, interagindo substancialmente com a sociedade civil.

O engajamento de todos os envolvidos é que fundamenta a participação coletiva, ou seja, peça fundamental para a instalação de um ambiente democrático na escola. Sendo assim, a escola deve se perceber como exemplo de ambiente democrático, assegurando a participação dos envolvidos com suas decisões e responsabilidades sobre elas.

Valores como inclusão, justiça, participação e diálogo são próprios da democracia, por isso tão importante a implantação do espírito democrático na escola. Quando se age democraticamente, a diversidade é valorizada, e a inclusão se torna prática ao reconhecer como útil à participação, decisão do outro. A escola deve estar aberta ao debate para a comunidade externa, para os pais e alunos, a fim de discutir questões primordiais no processo educativo, tendo para isso que organizar-se em tempo e espaço, convocando a todos para participar e entender as funções de cada um e a missão da escola.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação. (LIBNEO, 2004, p. 102)

A concepção democrático-participativa ao valorizar as relações humanas e o humano, inquieta-se em relação ao desenvolvimento pessoal e profissional, e a competência técnica dos profissionais da escola. A escola é um local de aprendizagem, espaço educativo por excelência, propício ao crescimento pessoal e profissional.

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

Dentro desse contexto, a retrospectiva histórica traz a compreensão do caos que vivemos na educação. Ao

observar os movimentos registrados temos a elite dominante, intelectuais e governantes fazendo e desfazendo o processo educacional com normas e leis que se projetam de cima para baixo sem a menor participação da sociedade com seus interesses. Tendo o poder da movimentação financeira voltada para a educação desmandos aconteceram em nome de muita aparência e pouca efetivação em busca de soluções para problemas crônicos na educação como o analfabetismo, exclusão, repetência, baixos salários, dentre outros.

Seguindo esta análise temos em contrapartida as demandas sociais da maior parte da população que reivindica uma escola com base na participação de todos e não aquela voltada e pensada somente para a burguesia. E essa cobrança de escola pública gratuita e de qualidade vem se dando em todas as épocas. Porém as políticas educacionais implantadas não conferem com eficácia essa condição não sendo capaz até hoje de consolidar uma sociedade amplamente democrática.

A educação no Brasil desde o tempo da independência teve um tratamento que a desvinculou das lutas sociais. Leher (2002) comenta o trecho da Constituição Federal outorgada em 1824, que propõe “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Tal princípio, segundo Leher foi negado aos índios, negros e jovens de classe trabalhadora, e a oportunidades de escolaridade na prática só era para a classe burguesa.

As escolas eram concebidas tendo em vista a educação dos filhos das classes dominantes. Os brancos da classe trabalhadora podiam usufruir apenas das escolas tidas como “primeiras letras”. Já aos escravos nenhuma escola era possível, os mesmos não eram considerados como cidadão.

Atualmente as políticas educacionais abrangem um campo amplo que trata desde propostas de instituições, financiamentos, capacitação, projetos voltados para a melhoria da qualidade do ensino e a valorização da educação.

Para Cury (2002) as políticas de educação têm origem nas demandas sociais e políticas, pois as mesmas não concordam com os desígnios particulares que muitas vezes são tomadas como regra para a construção dessa política.

O Brasil possui uma característica importante em busca da efetivação da democracia, que é a pluralidade político-partidária. Novos mecanismos de participação social que ampliam as possibilidades de tomadas de decisões por um maior número de sujeitos (políticos), estão garantidos na Constituição de 1988. Em todo Brasil, municípios tomam iniciativas inovadoras e corajosas em busca de valorizar a participação dos cidadãos, de acordo com Cury na montagem de conselhos de controle social, decisão de destinação de verbas, enfim essas tentativas nada mais são do que cumprir o que está posto na lei maior, a Constituição.

Portanto, vários caminhos devem ser trilhados ao fazer as Políticas Educacionais, e a Democracia sem dúvida é peça primordial, quando se quer um Estado ético e transparente. Cabendo a nós cidadãos brasileiros o compromisso e a consciência da participação com as questões político-sociais.

Contudo, se a valorização do profissional da educação e as condições de trabalho não tiverem a devida atenção, essas políticas correm o risco de perder força, descentralizando o foco que é a busca de melhores condições sociais e igualitárias. Segundo Cury as políticas educacionais só se farão democráticas, se ao mesmo tempo forem sociais e pedagógicas.

Nessa ótica, levamos em conta a prática dos movimentos sociais que têm mostrado de acordo com Ciavatta (2002, p. 102) que a prática social é educativa, e que no pedagógico há política, assim como vice-versa. E ainda segundo ela “A educação pode não ser democrática, mas a prática de democracia é, em si, educativa”. Portanto a política educacional deve ter como peça fundamental a democracia.

4. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS PARTICÍPEIS

A gestão democrática está legalmente pautada para que estados, município se a própria federação se organize para exercer o princípio da gestão democrática nas escolas públicas desse país. Para que isso aconteça, faz-se necessário uma busca de metas transformadoras, e que seus partícipes estejam imbuídos de conhecimento, e interesse comum, para que possamos nos posicionar como protagonistas em torno da realização da mesma. Libâneo em (2004) esclarece:

O princípio da autonomia requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, basicamente os pais, as entidades e as organizações paralelas à escola. A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente os pais e outros representantes participam do Conselho da Escola, da Associação de Pais e Mestres, para preparar o projeto pedagógico curricular, acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados. (LIBNEO, 2004, p. 144)

Dentro desse contexto, a prática de gestão democrática deve se desenvolver em um ambiente em que todos convivam como sujeitos, com direitos e deveres percebidos a partir de discussões e decisões coletivas. Assim na escola devem se instalar um clima de favorecimento a ação das instâncias colegiadas e processos decisórios. Esse conjunto de ações deve alicerçar e apoiar todo o processo de democratização na escola. Unindo assim, a força alicerçada no chão da escola através de seus partícipes. Estas ações que pretendemos destacar a seguir:

Associação de Pais, Mestre e Funcionários: processo significativo na busca da gestão democrática na escola, funcionando como elo, objetivando em suas ações solucionar os problemas que emergem da prática educativa diária na escola;

Grêmio Estudantil: espaço fértil para que novas lideranças possam se emergir do chão da escola e se fazer representar na sociedade. O grêmio exerce um papel fundamental, sendo eixo que articula a participação do aluno na gestão democrática da escola. Essa participação propicia e estimula a integração do aluno nas práticas sociais e democráticas;

Projeto Político Pedagógico: norteador por princípios que decorrem da opção de educação em construção. De acordo com Oliveira (2005) são eles: Autoridade; qualidade; participação; democracia e igualdades. Assim o Projeto Político Pedagógico é fundamental para a efetivação da democratização da escola pública.

Conselho Escolar: através da representatividade dos diversos setores abrange o todo da escola, sua importância é fundamental no processo de construção da escola democrática que tanto almejamos.

Segundo Navarro (2004) o Conselho Escolar têm como atribuição além de deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola, devem analisar as ações e meios que a escola utiliza para o cumprimento de suas finalidades, propiciando participação e decisão.

Assim, o Conselho Escolar deve ser um espaço de discussão, negociação e encaminhamentos das necessidades educacionais, onde se busca incentivar uma cultura democrática, participativa, cidadã em substituição a cultura patrimonialista.

5. CONCLUSÃO

Ao término da análise, chegamos à conclusão que não se pode negar que nas últimas décadas, a caminhada em direção a uma gestão democrática deu passos relevantes. Porém a distância entre o que se propõe na teoria para essa democratização ainda está longe de se efetivar na prática.

Outro aspecto a ser observado nesse contexto, é a ação da gestão democrático-participativa, ela abre o canal para a participação da comunidade, e a escola deixa de ser uma redoma, e passa a interagir com a sociedade civil.

Destaco como um instrumento eficaz na luta pela democratização na escola, o Conselho Escolar, o mesmo se propõe a conhecer a escola na sua totalidade e trabalhar para garantir o processo ensino-aprendizagem que responda às demandas de todos os segmentos da comunidade escolar, e que tem na solidariedade e na inclusão seus princípios fundamentais.

Nesse sentido para que as escolas públicas trilhem o caminho de uma verdadeira gestão democrática, é preciso que a escola possa através da participação dos indivíduos de forma consciente, garantir acesso significativo aos conhecimentos, às relações sociais, às experiências culturais, e que esses possam contribuir no desenvolvimento do educando como sujeito crítico, competitivo e participativo dentro da sociedade em que vivemos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIAVATTA, M. **Democracia e Construção do Público** no pensamento educacional brasileiro / Organizado por Osmar Fávero, Giovani Semeraro. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

CURY, C. R. J. **Democracia e Construção do Público** no pensamento educacional brasileiro/Organizado por Osmar Fávero, Giovani Semeraro. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

LEHER, R. **Democracia e Construção do Público** no pensamento educacional brasileiro, 2. Ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

LIBNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. Ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NAVARRO, I. P. et. Al. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

OLIVEIRA, M. A. M. (org) **Gestão Educacional – Novos Olhares Novas Abordagens**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARO, V. H. **Administração Escolar – Introdução Crítica**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Isabel Santana Santos é pedagoga e trabalha na Secretaria de Educação do Estado de Sergipe. Pós-Graduada em Educação a Distância e em Supervisão e Administração Escolar. Cursando mestrado em Educação pela UFS. E-mail: isa.santana@yahoo.com.br.

Luiz Amaro Ribeiro é jornalista formado pela UFS. É servidor da UFS lotado na Assessoria de Comunicação. Tem especialização em Gestão da Comunicação. Atualmente faz mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS. E-mail: luizjor10@gmail.com.

Marcio José Fidelis Neri é pedagogo formado pela Universidade Tiradentes (Unit). Tem especialização em Psicopedagogia (FSLF) e em Docência e Tutoria (Unit). Atualmente é mestrando em Educação na UFS. E-mail: prof_fidelis@yahoo.com.br.